



Eixo Temático: 13 - Gênero, Sexualidade e Educação

PEDAGOGIA QUEER: UMA POSSIBILIDADE PEDAGÓGICA DE REFLEXÃO SOBRE AS IDENTIDADES

Stéfani da Silva Korb¹

Luciana Valquíria Kremin Mai²

Introdução

O presente estudo busca debater sobre a pedagogia Queer como possibilidade pedagógica de reflexão sobre a construção das identidades sexuais e de gênero. Para tanto, primeiramente buscamos apresentar o conceito e o processo de construção histórica e social da Teoria Queer, e em seguida desenvolver a ideia de uma pedagogia Queer articulada com os estudos sobre gênero e sexualidade. Buscamos defender a ideia de pedagogia Queer como possibilidade de reflexão sobre os discursos que buscam normatizar os sujeitos enquadrando-os em categorias de acordo com suas identidades. Para tanto, a metodologia utilizada nesse trabalho é uma reflexão crítica de estudos que se debruçam sobre o tema, nos amparando na perspectiva teórica dos estudos pós estruturalistas de inspiração foucaultiana.

Desenvolvimento

Estranho, esquisito, anormal são diversos os significados atribuídos ao termo Queer ao longo dos anos, que surge como gíria³ na língua inglesa, sempre com uma conotação depreciativa, para nomear e colocar a margem todos aqueles sujeitos que não se encontram dentro de um padrão de sexualidade e de gênero, socialmente aceito, ou seja, não estão dentro

1 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Pelotas – UFPel. Graduada em Pedagogia pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ. Bolsista CAPES.

2 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Pelotas – UFPel. Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas pela Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Graduada em Psicologia pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ.

3 Conforme Tomaz Tadeu da Silva (2017, p.105) “Historicamente, o termo Queer tem sido utilizado para se referir, de forma depreciativa às pessoas homossexuais, sobretudo do sexo masculino. Mas o termo significa também, de forma não necessariamente relacionada às suas conotações sexuais, “estranho”, “esquisito”, “incomum”, “fora do normal”, “excêntrico”.



do considerado como “normal”. Este termo/ gíria, que durante muito tempo, serviu como uma forma de violência simbólica passa a ser “expropriado”, ressignificado e se transforma num conceito teórico de um movimento de identificação, pelos mesmos grupos a quem ele se dirigia de forma pejorativa, os homossexuais.

O movimento homossexual, numa reação à histórica conotação negativa do termo, recupera-o, então, como uma forma positiva de autoidentificação. Além disso, aproveitando-se de outro significado, o de “estranho”, o termo *Queer* funciona como uma declaração política de que o objetivo da teoria *Queer* é o de complicar a questão da identidade sexual e, indiretamente, também a questão da identidade cultural e social. (SILVA, 2017, p.105).

As ditas “minorias”, que até então vinham sendo silenciadas, quebram as barreiras daquilo que seria socialmente aceitável, elas não querem mais se esconder ou serem toleradas, desejam sim imprimir a sua voz, a sua liberdade e as suas próprias formas de ser e estar no mundo. Acredita-se que a teoria Queer tenha se originado com essa nova redefinição no final dos anos 70, na Inglaterra e nos Estados Unidos da América, nestes países o movimento pela teoria Queer reuniu não apenas os homossexuais, mas diferentes grupos que também eram considerados como minorias e que fugiam as normas de conduta socialmente estabelecidas. De acordo com Richard Miskolci (2009, p.151) “Foi em uma conferência na Califórnia, em fevereiro de 1990, que Teresa de Lauretis empregou a denominação *Queer Theory* para contrastar o empreendimento Queer com os estudos gays e lésbicos.” Pois, segundo o autor os movimentos homossexuais não eram bem vistos pela sociedade, por transgredirem com as normas de gênero e sexualidade estabelecidas.

No Brasil a teoria chega com o movimento pela libertação homossexual em 1975, a partir de então, crescem em diferentes países as produções teóricas, pesquisas e estudos acadêmicos sobre o tema, tendo como principal fundamentação teórica a perspectiva pós-estruturalista, utilizando-se de estudos das áreas de sociologia, filosofia, psicanálise, etc... e de autores como Michel Foucault e Jacques Derrida. A teoria tem como objetivo problematizar questões como identidade, gênero, sexualidade e as relações de poder que estão implicadas na nossa constituição enquanto sujeitos e que nos normatizam, regulam, subjetivam e nos inserem em um modelo de gênero e sexualidade.

Estudos feministas já vinham avançando no debate sobre gênero e identidade, mostrando-nos que a identidade não é algo fixo e estável, mas antes um constructo que se faz



a partir do olhar e da significação do Outro⁴. Da mesma forma, não podemos falar em identidade sem falar em gênero, pois, ambos estão interligados – na medida em que o gênero constitui as identidades dos sujeitos, estes também se apropriam e ressignificam os significados de gênero.

Nesse sentido, gênero se distingue de sexo biológico, mas, não o nega, visto que procura problematizar a forma como as interpretações e significações sobre o ser homem e sobre o ser mulher estão dispostas na sociedade. De acordo com Guacira Lopes Louro (1997, p.22) “O conceito pretende se referir ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas ou então, como são trazidas para a prática social e tornadas parte do processo histórico”. Entendendo que as desigualdades existentes entre homens e mulheres não são produzidas pela diferenciação sexual que possuem, mas, por uma diferença de gênero que é produzida historicamente, socialmente e culturalmente ao longo do tempo em diferentes sociedades.

Desta forma se apresenta o binarismo homem X mulher, em que o primeiro polo sempre se apresenta como superior ao segundo, o mesmo caso acontece quando falamos em heterossexualidade X homossexualidade. De acordo com Foucault (1988), essa oposição se sustenta em uma relação de saber - poder, que constroem regimes de verdade, isto é que constrói a heteronormatividade como uma verdade, por exemplo, e que para isso produzem também um conjunto de diferentes instâncias e instituições que vão tentar constantemente controlar e disciplinar a conduta dos sujeitos, neste caso, para corresponderem ao padrão de heteronormatividade. Nessa lógica, tudo que não se adapta ao discurso massificante da norma, acaba reduzido a um outro lugar – o lugar de anomalia, de desviado, de anormalidade, no qual, também, se criam formas de resistência.

4 O Outro como cultura (como compartilhamento social de uma ordem), como algo que não lhe pertence, mas, lhe compõe também, como sujeito marcado pelos significantes sem corporificação, pois é da instância simbólica. Uma relação marcada pelo desejo e compartilhada pela linguagem, promovendo o laço social de alteridade. O Grande Outro como, diz Marcele Ravasio (2016, p.156): “O Outro é o ‘tesouro dos significantes’, onde habita a verdade do sujeito, em que só é possível na forma de um meio-dito, sendo um saber sobre o sujeito que inclui um não saber, marcando a impossibilidade de apreensão completa, marcada pelo engano, pelo equívoco”. Em Lacan encontramos a distinção entre Outro e outro. Pequeno outro como dimensão de alteridade e identificação de um semelhante, relativo ao imaginário, em que por exemplo, a criança constitui seu eu, a partir da imagem especular. O Grande Outro, com A maiúsculo, não é exatamente um semelhante, mas se inscreve como articulação, enquanto lugar da lei e da ordem.



XXI Encontro Nacional de Educação (ENACED)

I Seminário Internacional de Estudos e Pesquisa em Educação nas Ciências (SIEPEC)

Ao mesmo tempo, estes mesmos discursos que tentam disciplinar os sujeitos, também estão em constante movimento e se modificam pelos embates travados com os grupos resistentes. Estudos recentes irão nos dizer que as identidades sexuais são:

[...] um constructo instável, mutável, volátil, uma relação contraditória e não finalizada. Como uma relação social no interior do eu e como uma relação social entre “outros” seres, a identidade sexual está sendo constantemente rearranjada, desestabilizada e desfeita pelas complexidades da experiência vivida, pela cultura popular, pelo conhecimento escolar e pelas múltiplas e mutáveis histórias de marcadores sociais como gênero, raça, geração, nacionalidade, aparência física e estilo popular (BRITZMAN, 1996, p.74).

Portanto, as identidades sexuais também são construções que se constituem ao longo da vida dos sujeitos, do mesmo modo, a forma como estes diferentes discursos agem, interferem significativamente na forma como os sujeitos constroem, percebem e assumem ou não essas identidades.

Nesse sentido, podemos nos questionar, sobre a relação entre os estudos de gênero e a educação, mais especificamente a pedagogia. A pedagogia Queer surge como um esforço de pesquisadores/as como Deborah Britzman, e Guacira Lopes Louro (no Brasil) entre outros/as em utilizar conceitos da teoria Queer, na educação para “[...] questionar os processos institucionais e discursivos, as estruturas de significação que definem, antes de mais nada, o que é correto e o que é incorreto, o que é imoral e o que é moral, o que é normal e o que não é normal”. Buscando investigar o porquê e, principalmente, como se produzem esses discursos que definem e buscam normatizar os sujeitos, enquadrando-os em categorias de acordo com suas identidades (homem, mulher, heterossexual, homossexual, branco, negro, etc.).

Quando falamos em educação e em currículo é frequente a associação destes aspectos relacionados ao ensino e a conhecimentos a serem transmitidos, entretanto, se faz necessário considerar que a educação e o currículo tratam de processos muito mais amplos, que envolvem sujeitos que possuem gêneros e sexualidades, portanto, envolvem saberes que também não são neutros, mas, socialmente construídos para responder e formar sujeitos de uma determinada forma, ou seja, a escola “[...] produz e organiza, de forma coincidente, as identidades raciais, culturais e generificadas dos/as estudantes” (BRITZMAN, 1996, p.72).

Todas essas identidades e as relações que se estabelecem entre si circulam no ambiente escolar incessantemente e constantemente, de forma frequentemente implícita, através da seleção de conhecimentos, das metodologias, das avaliações, dos comportamentos exercidos



pelos e entre os estudantes na sala de aula e fora dela, das expectativas criadas para uma ou outra identidade, enfim, de diferentes formas, mas, independentemente do modo como ocorrem, os discursos sobre gênero e sexualidade estão sempre ecoando e se construindo na escola, visto que, fazem parte dos sujeitos e dos processos de constituição.

Por isso, a Teoria Queer não busca disputar um lugar nos discursos preponderantes e existentes que, dentre outras coisas, acabam por disciplinar os sujeitos; não se trata de um desejo de instituir o Queer como saber verdadeiro e universal, pois, isso resultaria apenas na substituição de um discurso heteronormativo por um discurso homonormativo. O que se objetiva é, justamente, problematizar as estratégias e mecanismos que constituem os discursos, os quais, de alguma forma, acabam corporificados em nossa sociedade.

Desta forma, a teoria Queer, transferida para o contexto escolar, numa possibilidade de uma pedagogia Queer, implicaria não em uma “doutrinação ideológica” como apregoam determinados grupos conservadores contemporâneos⁵, mas, em uma outra forma de pensar e repensar as relações que estabelecemos com, sobre e a partir os gêneros e sexualidades.

Do mesmo modo, quando falamos sobre pedagogia Queer ou educação de gênero e educação sexual, não estamos nos referindo ao desenvolvimento de um estudo sobre as diferenças anatômicas do corpo masculino e feminino, ou a realização de uma exploração pela reprodução humana, ou uma instrução sobre os métodos contraceptivos, como é raramente realizado em algumas escolas, é claro que estes assunto são essenciais, quando falamos de prevenção a doenças, a gravidez, etc. Entretanto, a forma como são realizados – fortemente marcados pela linguagem técnica e impessoal –, demonstram o que Britzman (1996, p. 78) destaca que “Esta teoria dominante da sexualidade pressupõem uma teoria da representação: para dizer de forma simples, os/as estudantes são construídos como réplicas. Quanto mais souberem, mais praticarão”, ou seja circula-se nas escolas e em grande parte do senso comum, um pensamento anti - sexualidade que se sustenta no entendimento de que as crianças necessitam ser “protegidas da educação sexual” (BRITZMAN, 1996, p.79) pois, ao se ensinar sobre sexualidade nas escolas se despertará nos estudantes um ímpeto, uma curiosidade por

⁵ Nos últimos anos vem crescendo no Brasil um movimento encabeçado principalmente por um grupo denominado como “Escola sem partido” composto por conservadores que, dentre suas pautas busca abolir das escolas as questões de gênero e sexualidade, por acreditarem que a escola objetiva doutrinar as crianças e adolescentes, segundo eles o trabalho desenvolvido nas escolas se constituiria em um perigo para a construção normal/tradicional de gênero e sexualidade de acordo com os valores cristãos, ou seja, um perigo a heteronormatividade.



praticar relações sexuais, ímpeto que supostamente até o momento não existia pela falta de conhecimento sobre o assunto, tem-se uma ideia errônea de que educação sexual é sinônimo de vida sexual, quando são coisas bem distintas. Do mesmo modo, este não falar sobre a sexualidade, ou o falar de forma técnica, pode significar também um próprio desconhecimento das diferentes formas de sexualidades e, inclusive da sexualidade heterossexual, como destaca Louro (2001).

Desenvolver uma pedagogia Queer significaria, principalmente, desconstruir os binarismos socialmente produzidos que colocam alguns grupos em uma oposição de superioridade e outros de inferioridade. Da mesma forma, implicaria em dismantelar com os padrões produzidos sobre gênero e sexualidade, ou seja, desconstruir com os padrões e generalizações que buscam prender e moldar os sujeitos (por exemplo, as representações sociais do ser homem como algo forte e viril e, em oposição, a representação social da mulher como referência a uma fragilidade, docilidade e domesticidade, além do referencial estético ao que se deseja como feminino – modo de vestir, lidar como corpo e se portar socialmente. Logo, o gay como afeminado, exagerado, exacerbado nos traços opostos ao ideal de homem e, por fim, a lésbica como masculinizada, estilizada se colocando como oposta ou até mesmo inimiga de um ideal feminino, etc..). A teoria Queer reconhece que existem inúmeras formas de se viver e de se exercer as identidades de gênero e a sexualidade e que nenhuma é inferior ou superior a outra.

O que por sua vez exige a construção de:

Uma pedagogia e um currículo Queer estariam voltados para o processo de produção das diferenças e trabalhariam, centralmente com a instabilidade e a precariedade de todas as identidades. [...] levariam a questionar as estritas relações do eu com o outro. A diferença deixaria de estar lá fora, do outro lado, alheia ao sujeito, e seria compreendida como indispensável para a existência do próprio sujeito: ela estaria dentro, integrando e constituindo o eu. A diferença deixaria de estar ausente para estar presente: fazendo sentido, assombrando e desestabilizando o sujeito (LOURO, 2001, p. 550).

Portanto, a diferença assumiria um papel central na pedagogia Queer, pois, somente através da diferença em relação ao outro que nos constituímos. Do mesmo modo, a pedagogia Queer não quer ensinar a tolerância ao diferente, ao que não se encaixa nos padrões heteronormativos, pois, ensinar a tolerar seria equivalente a deixar intacto as estruturas que produzem essas diferenças. De acordo com Tomaz Tadeu da Silva (2017, p.108): “A abordagem baseada nas noções de tolerância e do respeito deixa intocada as



categorias pelas quais a homossexualidade tem sido definida, histórica e socialmente, como uma forma anormal de sexualidade”. Desta forma, faz-se necessário para o desenvolvimento de uma pedagogia Queer compreender e desconstruir com os processos e mecanismos, que tonam uma categoria padrão, naturalizada socialmente como correta, interpretando os significados atribuídos a estas identidades, entendendo que estas são apenas algumas das muitas identidades que os sujeitos podem se tornar.

Considerações finais

É preciso compreender a identidade sexual para além da prática do ato corporal sexual com um homem ou com uma mulher, mas, como uma identidade que está intrinsecamente ligada a aspectos políticos, sociais, culturais, econômicos, etc.. E que de fato exercem e causam diversas influências na vida dos sujeitos, como por exemplo, a garantia de poder ou não constituir uma família com seu parceiro/a, o direito de ter o seu gênero reconhecido socialmente (como no caso das pessoas transexuais), a liberdade de poder expor a sua identidade sexual no seu lugar de trabalho sem sofrer nenhum tipo de discriminação, o direito a poder ter direitos específicos que protejam e assegurem a liberdade de suas identidades sexuais, etc.

Tudo isso implica em desenvolver uma educação que trabalhe para reconhecer o ser humano como sujeito múltiplo, diverso, plural, incompleto que pode e tem o direito de se identificar e exercer as suas identidades de gênero, de sexualidade e suas outras inúmeras identidades como lhe convier. Uma educação dialógica, que rompa com as barreiras do silêncio e de um certo pudor ilibado, quase assombrosamente místico, pois, é de consenso que o silêncio e os não ditos podem servir as interpretações equivocadas, mas, principalmente, servir de mote para que se perpetuem as estruturas de dominação e os binarismos que produzem desigualdades.

Referências

BRITZMAN, Deborah P. **O que é essa coisa chamada amor: Identidade homossexual, educação e currículo.** Revista educação e realidade, 1996. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71644/40637>. Acesso em: 22/06/2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Teoria Queer – uma política pós identitária para a educação.** 2001, Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8639.pdf>. Acesso em: 20/06/2019.



XXI Encontro Nacional de Educação (ENACED)

I Seminário Internacional de Estudos e Pesquisa em Educação nas Ciências (SIEPEC)

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós estruturalista. Petrópolis - RJ: Vozes, 1997.

MISKOLCI, Richard. **A teoria Queer e a Sociologia**: o desafio de uma analítica da normalização. Dossiê Sociologias, Porto Alegre, ano 11, n°21, jan/jun. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n21/08.pdf>. Acesso em: 24/06/2019.

RAVASIO, Marcele Homrich. **Alteridade e Psicanálise**: As Modalidades de Outro em Lacan. Barbarói: Revista do Departamento de Ciências Humanas – UNISC, ano 2016/1 n°46 Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/8670>. Acesso em 25/06/2019.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: Uma introdução as teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

Palavras-chave: Identidade de Gênero. Identidade Sexual. Pedagogia.